







A importância do investimento privado no Sector da Educação em Angola

A procura por um ensino de qualidade a preços competitivos para fazer face à incapacidade do Estado em garantir ensino de qualidade é uma oportunidade de ouro para o sector privado.

Julho de 2019



A educação é um direito humano consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e na Constituição da República de Angola. No seu programa de governação, o Executivo Angolano destaca a importância da educação tanto para o exercício da cidadania como para o desenvolvimento económico e para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e integrada.





Apesar dos avanços notáveis que se têm feito sentir em termos de alfabetização da população em Angola nos últimos 15 anos, nomeadamente através da crescente disponibilização de escolas de ensino primário para inclusão das camadas mais jovens da população, e das várias iniciativas do Executivo no sentido de incutir uma maior qualidade aos vários níveis de ensino, os indicadores relativos ao ensino primário ainda mostram a existência de vários desafios a ultrapassar.

As dificuldades sentidas pelo Estado em criar escolas primárias em número suficiente que permitam incorporar todas as crianças dos 6 aos 11 anos levaram a que, em 2015, 22% de crianças dentro desta faixa etária se encontrassem fora do ensino primário obrigatório. Segundo dados do Ministério da Educação, estima-se que, até 2030, seja necessário construir 8.034 novas escolas em todo o território nacional para garantir que todas as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos possam frequentar o ensino primário. Ora, este

facto faz com que exista um mercado com elevado potencial a ser satisfeito pela disponibilização de escolas de iniciativa privada. Segundo o Ministério da Educação, os dados mais recentes referentes ao sector da educação, mais especificamente ao ensino primário, apontam para a existência de 5.292.486 alunos matriculados em 2015, dos quais apenas 66,6% se encontram dentro do escalão etário adequado à frequência no ensino primário. Carece acrescentar que existiam, à data, 1.233.144 alunos dentro do mesmo escalão etário que se encontravam fora do sistema de ensino obrigatório e 1.768.426 alunos que, encontrando-se fora do esca-

Segundo dados do Ministério da Educação, em 2015 existiam 1.233.144 alunos fora do sistema de ensino obrigatório.

lão etário normal de frequência, ainda se encontram a frequentar o ensino primário, o que se traduz numa taxa bruta de escolarização de 111,25%.

Em todo o País existiam, em 2015, 12.907 escolas primárias, das quais 80% são públicas. Foram identificadas 64.296 salas de aula utilizadas em dois turnos, das quais 45,4% são definitivas, 33,3% provisórias e 21,3% improvisadas, e que absorviam, segundo dados do Ministério da Educação, 5.292.486 alunos. Este número de salas de aula é manifestamente insuficiente para garantir uma cobertura total do número de crianças na faixa etária dos 6 aos 11 anos e assegurar colocação dos 550.000 novos alunos que se prevê entrar no sistema de ensino primário até 2019.

Tendo em conta que o número de salas de aula disponíveis e de professores é insuficiente face às reais necessidades do mercado, o número de alunos por turma tem-se revelado necessariamente mais elevado do que o desejável, situando-se, em média, nos 44 alunos por

turma em 2015. Para garantir uma maior integração escolar do número de alunos no ensino primário, as escolas têm recorrido à constituição de turnos duplos e, em alguns casos, triplos. Refira-se que as normas de enquadramento do Sistema de Ensino do Ministério da Educação estabelecem que cada turma deve compreender o número máximo de 40 alunos. É crucial destacar, ainda assim, o aumento de 2,5 milhões de alunos no sistema educativo nacional e uma taxa de alfabe-

tização de jovens e adultos de 75% (contra 50% no início do século). Em relação à escolaridade completa dos jovens dos 18 aos 24 anos, 34% possuem a escolaridade completa do ensino primário, 29% completaram o I ciclo do ensino secundário e 13% o II ciclo. No entanto, ainda existem crianças fora do sistema educativo, por falta de salas de aula, pela precariedade destas, ou ainda por falta de professores com boa formação.

2

PRINCIPAIS DESAFIOS DO SECTOR DA EDUCAÇÃO

No contexto actual torna-se evidente que a rede escolar funciona com dificuldade devido aos turnos duplos e triplos. Para além disso, uma das causas da existência de crianças fora do sistema de ensino é a falta de salas de aula, baseada em estimativas realizadas pelas províncias. A indisponibilidade de salas de aula continua a significar um constrangimento bastante significativo e que conduz ao funcionamento por turnos

O Orçamento para o Sector da Educação sofreu, entre 2014 e 2018, um corte de 52,5% devido à crise económica e financeira que Angola atravessa.

em cerca de 70% das escolas. Carece de acrescentar que, das salas de aula que existem actualmente, nem todas oferecem as melhores condições de conforto e segurança, sendo grande parte delas salas provisórias ou mesmo ao ar livre.

Assim, a construção de mais salas de aula ajudará não só a garantir condições para aumentar o número de vagas disponíveis no acesso ao ensino primário, como também ajudará a melhorar as condições de aprendizagem das crianças.

No entanto, com a crise financeira que

assolou o país em 2014, muitos têm sido os cortes sofridos pelo sector da educação. Entre 2016 e 2018, o montante afecto ao Ensino no Orçamento Geral do Estado registou diminuições consecutivas, sendo que em 2018 o montante nominal foi de 68 Mil Milhões Kz, menos 15% face ao OGE de 2017 e menos 88% face ao OGE de 2016. Verificase que a educação sofreu, na verdade, um corte de 52,5% entre 2014 e 2018.

Uma das grandes dificuldades que tem assolado o sector de educação em Angola é a própria falta de investimento no sector:

Orçamento reduzido destinado às escolas primárias, bem como a falta de meios para suportar as despesas correntes de manutenção, como compras de materiais de limpeza, água para abastecimento dos tanques das escolas, disponibilização aos alunos de condições de segurança e conforto efectivos;

A falta de um orçamento claro para as escolas primárias cria um fosso no ensino que se torna ainda mais exacerbado com a falta de um corpo docente e de pessoal administrativo qualificado. As próprias condições remuneratórias em relação aos docentes e quadro de professores das escolas públicas não são atractivas comparativamente ao sector privado, o que faz com que exista uma grande dificuldade em manter quadros de qualidade comprovada nestas instituições.

Estes factos criam verdadeiros ciclos “bolas de neve” no sector da educação: um nível de educação débil faz com que os alunos concluam os estudos, embora mal preparados; estes alunos integram o mercado trabalho, muitas vezes, enquanto docentes, embora sem bases só-

lidas para tal; docentes mal preparados e com pouca qualidade comprovada irão influenciar a qualidade do ensino. E o ciclo repetir-se-á indefinidamente até que sejam implementadas medidas que permitam inverter este quadro.

3

PROJECTOS E INICIATIVAS NO SECTOR IMPLEMENTADOS NOS ÚLTIMOS ANOS

O sector da educação tem sido, ao longo dos últimos anos, alvo de múltiplas iniciativas e programas do Executivo. O Ministério da Educação desenvolveu, em 2015, o Projecto de Apoio ao Ensino Primário (PAEP) para aumentar o acesso e a qualidade do ensino primário, a capacidade de planejar e orçamentar de forma efectiva e a qualidade dos recursos humanos.

Está ainda em curso a implementação do Projecto “Aprendizagem para Todos 2014-2018”, apoiado pelo Banco Mundial, com o objectivo de melhorar os conhecimentos e as competências dos professores, a gestão

das escolas nas áreas designadas do projecto e desenvolver um sistema de avaliação sistemática de alunos.

Também, no âmbito do Plano de Acção Nacional “Educação para Todos” 2013-2020, o Executivo está a implementar, em parceria com diversas organizações da sociedade civil, o Programa de Aceleração e Alfabetização Escolar (PAAE), que visa fornecer uma segunda oportunidade de aprendizagem adequada e equitativa para aquelas crianças com desfasagem em termos de idade/classe. Em 2014 estavam inscritos 731.278 alunos e 1,3 milhões envolvidos em actividades de pós-alfabetização.

Outra aposta do Executivo é a implementação da Iniciativa “Escolas Amigas da Criança”, para garantir uma educação de qualidade para todas as crianças, proporcionando ambientes educacionais onde todas as crianças possam adquirir experiências positivas de aprendizagem. Com a preocupação de dar resposta às necessidades específicas das comunidades migratórias e das situações de emergência, está em desenvolvimento uma estratégia para a implementação de Escolas Itinerantes ou Móveis.

Para além destas iniciativas, e segundo dados do Ministério da Educação, projecta-se ainda aumentar consideravelmente o número de salas de aula, permitindo diminuir o número de alunos por sala de aula até 36 no máximo, mantendo um turno simples, alargado a todo o país, abrindo espaço para os alunos desenvolverem actividades extracurriculares na própria escola.

Segundo informação recolhida no Plano de Contingência 2015 para a construção de salas de aula da Direcção Nacional de Investimento Público do Ministério do Planeamento e do Desen-

volvimento Territorial, até 2030 deverão existir 86.480 salas definitivas para acomodar um número total de alunos de 5.867.759 alunos, com um investimento total necessário de Kz 2,4 Biliões. Refira-se que, em 2015, existiam apenas 29.190 salas de aula definitivas.

Até 2030, o Executivo pretende obter uma taxa líquida de escolarização

A expansão e a qualidade do ensino primário constituem um dos objectivos prioritários da política de desenvolvimento do País. A estratégia de desenvolvimento de longo prazo “Angola 2025” reconhece a educação como um dos motores do desenvolvimento económico e social do País.

de 90% e um máximo de 80 alunos por cada sala de aula (distribuídos por 2 turnos). É importante reter a grande concentração que se verificava em 2015 em termos de rácio de alunos por

cada sala de aula (2 turnos) que, em média, se situava nos 181 alunos por sala.

4

ESFORÇOS RECENTES DO EXECUTIVO PARA A MELHORIA DO SECTOR

Angola, em comparação aos outros países que subescreveram o Acordo de Dakar de 2000, “Educação Para Todos: O Compromisso de Dakar” está aquém da meta estabelecida no referido Acordo, em que os países devem investir 20% dos seus orçamentos no sector da educação. O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 estabelece que, em 2022, Angola irá atribuir 20% do seu OGE à educação, e previa também que a educação em 2019 iria receber 15% do OGE, o que não se chegou a verificar, na realidade, tendo em conta o OGE aprovado para 2019, no qual a despesa para o sector da educação tem o peso de 5,83% das despesas totais, o que acaba por acrescer as dificuldades evidenciadas no sector da educação.

Mais recentemente, o Governo angolano tem reforçado a sua actuação no sector da educação no sentido de ultrapassar as dificuldades que o sector atravessa, dentre as quais se destaca:

- O aumento do investimento na educação com 36 Mil Milhões Kz como resultado do debate parlamentar do OGE de 2018;
- A abertura de um novo concurso público para 20 mil docentes, em 2018, foi também uma decisão crucial, tendo sido aprovado cerca de 18 mil novos docentes. Está previsto a abertura de um novo concurso público entre junho e julho de 2019;
- A aprovação do Estatuto da Carreira do Agente de Educação e do Estatuto

Remuneratório da Carreira Docente, visando melhorar a qualidade do ensino e das condições de trabalho dos docentes;

- Contínuo investimento na construção de novas escolas e na reconstrução das escolas destacando a re-entrada da Escola Mutu Ya Kevela, com a capacidade de acolher mais de 15 mil alunos de diversos níveis;
- Aposta na simplificação dos processos através da implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação. Recentemente foram disponibilizados no portal electrónico denominado SEPE, manuais escolares

da 1ª até a 6ª classe, que podem ser descarregados gratuitamente, contribuindo para a modernização dos serviços públicos alavancando o desenvolvimento social e económico do país;

- Reestruturação do Ensino Técnico Profissional, previsto a entrar em prática em 2019, com o apoio da União Europeia para as diversas áreas do sistema como economia, turismo, serviço, obras públicas e saúde, com o foco maior na formação de professores e gestores;
- Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional.

5

OPORTUNIDADES PARA O SECTOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO

O facto de existirem várias fragilidades no sistema de ensino público angolano permite ao sector privado uma série de oportunidades que devem ser exploradas e que beneficiarão ambas as partes. Apesar de esta ser uma área fundamental de intervenção do Estado, o sector privado poderá trazer uma série de benefícios

tais como a disponibilização de recursos, a diferenciação da oferta, o expertise das suas equipas de gestão, entre outros.

Na verdade, o sector privado tem contribuído para ultrapassar algumas das vicissitudes que assolam o sector da educação, destacando-se as seguintes:

Contínuo investimento nas infra estruturas - muitas instituições têm reestruturado as suas infraestruturas para acomodar mais alunos, tendo em conta o crescimento demográfico e conseqüente aumento da procura por ensino

Aposta na qualidade do ensino, através da melhoria das aprendizagens e enquadramento pedagógico dos alunos.

Promoção da equidade dos métodos e conteúdos de formação.

Implementação do seguro escolar garantindo assim condições de cobertura de danos que possam ocorrer durante a actividade escolar.

Comparticipação nos Programas Nacionais promovidos pelo Governo e outras Entidades não Governamentais

Promoção de actividades extra-curriculares

Não é demais recordar que 20% do ensino primário em Angola é assegurado por escolas de ensino privado e, havendo mercado para tal devido ao crescimento populacional previsto para os próximos anos, é expectável que o sector privado continue a investir na oferta de serviços educativos, contribuindo de forma positiva para o colmatar das falhas do mercado público.

Desta forma, o sector privado tem vindo a ganhar uma importância crucial na disponibilização de serviços educativos, dirigidos aos vários segmentos de mercado, que permitem reforçar a oferta já existente e contribuir para colmatar, de alguma forma, algumas necessidades em termos educativos das populações que o Estado ainda não conseguiu satisfazer. A iniciativa privada assume um papel importante não só a nível do aumento do número de salas de aula, mas principalmente, ao nível do incremento da qualidade do processo formativo da população.

Para além disso, é cada vez mais visível a preocupação dos encarregados de educação em garantir uma educação de

qualidade aos seus educandos. Neste sentido, a iniciativa privada acaba por ser beneficiada no momento da escolha da escola tendo em conta que o nível de inovação e qualidade introduzidos na educação são, normalmente, superiores aos verificados nas escolas públicas.

O alcance do sucesso na área da educação passa, cada vez mais, pela oferta de serviços diferenciadores face à concorrência, agregando valor ao serviço core da instituição.

De uma forma geral os investimentos em educação, além de se constituírem como uma opção bastante rentável são também, do ponto de vista social, extremamente desejáveis pois, para além de contribuírem para o aumento do rendimento das famílias a longo prazo, pode-

rão também, através da ampliação de oportunidades no mercado de trabalho, representar um instrumento eficiente para a melhor distribuição do mesmo.

Sendo inquestionável a existência de mercado que justifique a abertura de uma nova escola de ensino primário numa determinada localização geográfica, o investimento necessário poderá ser elevado num momento inicial, de forma a criar as condições necessárias em termos de infra-estruturas e no cumprimento de todos os pré-requisitos para a entrada em funcionamento do estabelecimento de ensino. No entanto, após a realização deste investimento inicial de maior envergadura, os custos operacionais passarão a ser representados essencialmente por custos com pessoal (docente). O mercado de ensino privado apresenta uma rentabilidade elevada, no entanto o negócio sofre de

um problema de escalabilidade (não é possível crescer infinitamente, estando o negócio limitado ao número máximo de alunos que se pode receber) e exige uma gestão muito profissional e atenta.

No entanto, há que ter em conta que o alcance do sucesso na área da educação passa, cada vez mais, pela oferta de serviços diferenciadores face à concorrência, agregando valor ao serviço core da instituição. Isto pode passar pela disponibilização de actividades extracurriculares, que sirvam como um complemento educacional e que permita aos encarregados de educação conjugar horários profissionais com horários escolares, ou por novas metodologias de ensino, especialmente aquelas que envolvem a utilização de novas tecnologias nas salas de aula.

Para mais informações sobre este artigo, por favor contacte:

Ana Botão

Manager, Luanda

ana.botao@kbc.co.ao

Jéssica Matos

Business Analyst, Luanda

jessica.matos@kbc.co.ao

Para mais informações visite www.kbc.co.ao



KITAMBO BUSINESS CONSULTING

Esta publicação contém apenas informação geral e a KBC não é, por qualquer meio desta publicação responsável legal, contabilista, financeira ou de investimento. Esta publicação não é um substituto de aconselhamento legal e profissional, não deve ser usada como base para qualquer decisão ou acções que possam afectar a sua actividade. Antes de tomar qualquer decisão que possa afectar a sua actividade deve consultar um especialista devidamente qualificado.

A KBC não se responsabiliza por qualquer perda de qualquer pessoa com base nesta publicação.

A KBC é uma empresa de consultoria de gestão, fundada em Angola e conhecedora do mercado africano. Para mais informações visite www.kbc.co.ao



KBC 

KITAMBO BUSINESS CONSULTING